GCN / GASPARINI, DE CRESCI E NOGUEIRA DE LIMA ADVOGADOS

Clipping Florestal

16 de Junho de 2016

GCN na Mídia

- Deputado federal busca investimentos de empresas portuguesas para o setor florestal brasileiro
- Madeira 2016 premia lideranças do setor florestal

Agronegócio

- Presidente interino sanciona prorrogação do CAR para todos os proprietários e posseiros até dezembro de 2017
- Sancionada lei que prorroga prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural

Ambiental

- Projetos podem suprimir 7,8 milhões "Maracanãs" da Amazônia

Em destaque

- Cultivo de florestas plantadas alia produtividade e sustentabilidade na agricultura
- Ibá destaca consumo consciente para mitigar mudanças climáticas
- Audiência pública do Crepori é marcada pela participação qualificada da comunidade
- Ex-ministros do ambiente pedem rejeição a projeto do carro a diesel
- Banco Mundial apoiará projetos no Cerrado
- Botucatu recebe primeiro Poupatempo Ambiental do Estado de São Paulo
- CTF delibera comissões técnicas para destravar setor florestal

Empresas

- Juntas, Cosan e Eldorado captam US$ 850 milhões
- Contra Temer, MST invade fábrica de celulose na Bahia
- Ocupação do MST em fábrica da Suzano na Bahia termina
- MST ocupa Suzano
- Eldorado alonga dívida com oferta de bônus e mira IPO

Executivo

- Ministro recebe demandas de São Paulo
- Castanheira assume coordenação florestal no Ministério da Agricultura

Internacional

- Demanda por títulos 'verdes' cresce no mercado internacional

Legislativo

- Lei amplia renegociação das dívidas de caminhoneiros

Notícias

GCN na Mídia

Deputado federal busca investimentos de empresas portuguesas para o setor florestal brasileiro

Newton Cardoso Jr, presidente da Frente Parlamentar de Silvicultura, busca investidores para o setor em Minas Gerais e Estados com a mesma vocação

Newton Cardoso Junior em uma fábrica de papel

Em Missão Oficial pela Câmara dos Deputados, o presidente da Frente Parlamentar de Silvicultura, deputado federal Newton Cardoso Jr (PMDB/MG) viajou esta semana para Portugal, onde visitou empresas do setor florestal que pretendem investir no estado de Minas Gerais.

Na última terça-feira, 7, Newton Jr foi conhecer o complexo industrial da "The Navigator Company" (antiga Portucel), em Figueira da Foz, uma das quatro plantas que o grupo possui no País. "Eles produzem celulose e papel para uso geral, com renome mundial e utilizam a biomassa e o gás natural para a geração de energia elétrica. Uma empresa reconhecida por transformar, de forma inovadora e sustentável, a floresta em produtos e serviços que contribuem para o bem-estar das pessoas", afirmou o deputado. "Nesta visita, apresentamos aos empresários portugueses os dados florestais de Minas Gerais, com as vantagens competitivas do Estado, e convidamos oficialmente a empresa para se instalar em Minas Gerais", concluiu.

O deputado Newton Cardoso Jr também foi conhecer de perto o trabalho realizado pela empresa Altri, que produz energia limpa e renovável, e Enermontijo, do grupo Enerpar, responsável pela industrialização e comercialização de pellets de madeira, um biocombustível

amplamente usado na Europa e nos Estados Unidos. "Tivemos a oportunidade de ver e analisar modelos de desenvolvimento com sustentabilidade empresarial, social e ambiental. Exemplos de negócio que precisamos implantar e ampliar em Minas e no Brasil", disse o parlamentar.

Deputado (ao centro) com empresários brasileiros e portugueses

Em Minas Gerais, maior produtor de carvão vegetal no País, a silvicultura está presente em 440 municípios, gerando 378.640 empregos diretos e indiretos. O setor é marcado pela amplitude de produtos compostos, principalmente, por madeira industrial (celulose e papel), pelo processamento mecânico da madeira (serrados e compensados), e pela madeira para energia (lenha, cavaco e carvão vegetal).

A instalação de empresas portuguesas em Minas Gerais já está em fase de negociação, de acordo com o deputado Newton Jr. "Estamos lutando para que uma fábrica de celulose e outros polos industriais sejam implantados em Minas, incrementando o desenvolvimento do Estado. Além disso, continuamos o nosso trabalho pelo fortalecimento do setor florestal, fomentando e promovendo políticas e legislações que sustentem a atividade, inclusive no que se refere à sua base de financiamento", ressaltou.

Acompanham o Deputado Newton Cardoso Jr na viagem a Portugal o ***doutor Aldo De Cresci, Secretário-executivo da Frente Parlamentar de Silvicultura***; o Superintendente de Área Internacional da FIEMG, Marcos Mandacaru; e o empresário João Carlos Antunes, da Jogil Florestal, representando a Associação Mineira de Silvicultura.

Fonte: Painel Florestal | 10.06

Voltar

Madeira 2016 premia lideranças do setor florestal

A premiação abriu oficialmente o evento que contou com a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Tocantins, Clemente Barros

Solenidade de abertura do Madeira 2016.

Já se tornou uma tradição. A cada dois anos, em alguma capital do país, o Congresso da Madeira - desta vez Madeira 2016 - reconhece o trabalho e a dedicação de profissionais do setor florestal com o Troféu Madeira.

Palmas, capital do Tocantins, sedia hoje (16) e amanhã (17), a oitava edição do Congresso Internacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Indústria de Base Florestal e de Geração de Energia, evento realizado pelo Instituto Besc Humanidades e Economia.

A premiação abriu oficialmente o Madeira 2016, que contou com a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Tocantins, Clemente Barros, representando o governador Marcelo Miranda.

Robson Trevisan, diretor do Painel Florestal, recebeu o Troféu Madeira das mãos do secretário Clemente Barros.

William Domingues de Souza, diretor da Revista Opiniões, foi eleito o Comunicador Social do ano. Robson Trevisan, diretor executivo do Painel Florestal e do Grupo Mídia Forte, recebeu o troféu na categoria Empresário.
Fausto Takizawa, secretário geral da Associação de Reflorestadores de Mato Grosso (Arefloresta) foi condecorado como Executivo Destaque. Newton Cardoso Junior, deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Silvicultura, foi representado pelo ***advogado Aldo De Cresci***, na categoria Gestor Público.

O advogado Aldo de Cresci representou o deputado federal Newton Cardoso Junior

A recém-criada Ibá - associação que representa toda a cadeia produtiva de base florestal em nível nacional - foi agraciada na categoria Organização Social. O pesquisador José Luiz Stape, gerente de inovação da Suzano Papel e Celulose, foi escolhido como o pesquisador do ano.

Debate estratégico

Jussara Ribeiro, presidente do Instituto Besc Humanidades e Economia, agradeceu ao apoio que o governo do Estado ofereceu para a realização do evento em Palmas. "Tivemos todo o suporte através da secretaria de desenvolvimento da agricultura e pecuária", ressaltou.
À frente do Madeira há oito anos, Jussara comentou sobre a importância de se estabelecer diálogos estratégicos. "Temos, a cada evento, conseguido reunir lideranças do setor em favor de um debate altamente qualificado", discursou.
Representando os patrocinadores, João Pontes, diretor de Planejamento Estratégico da John Deere, citou que o papel das empresas é fundamental em momentos de crise. "Nós acreditamos no Brasil, não paramos nossos investimentos", comentou, citando, como exemplo, a recém-produção da primeira escavadeira florestal produzida na fábrica da empresa em Indaiatuba.
"A floresta plantada está em nosso DNA. Prova disso é a nossa dedicação em desenvolver soluções para todas as etapas, do plantio à colheita, da irrigação à silvicultura de precisão", comentou.

Secretário de Estado de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, Clemente Barros.

Finalizando a solenidade de abertura, que também teve as participações de Walter Rezende, presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas e da Comissão de Agrossilvicultura da CNA; e de César Reis, diretor executivo da Associação Mineira de Silvicultura, o secretário de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Tocantins, Clemente Barros, lembrou que seu estado liderou o crescimento em área plantada de eucalipto nos últimos anos. "Saímos de 13 mil hectares para mais de 160 mil em menos de 10 anos", comentou.
Hoje, o desafio do Tocantins, como de outros estados, é incrementar o consumo. Com áreas com potencial para florestas sendo comercializadas a partir de mil reais por hectare e boa infraestrutura logística, o estado já possui 300 mil hectares licenciados para eucalipto.

Fonte: Painel Florestal | 16.06

Voltar

Agronegócio

Presidente interino sanciona prorrogação do CAR para todos os proprietários e posseiros até dezembro de 2017

A partir de 2018 só terão acesso ao crédito agrícola os imóveis que tiverem o CAR

O presidente interino, Michel Temer, sancionou a lei de iniciativa da Câmara dos Deputados que prorroga para 31 de dezembro de 2017 o prazo para todos os imóveis rurais fazerem o Cadastro Ambiental Rural (CAR).
A lei N° 13.295 foi publicada no Diário Oficial de hoje (15/06) além de alterar o artigo n° 29 do Código Florestal, que trata do prazo para fazer o CAR, também modifica o artigo n° 78 –

B, que dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastro para obtenção de crédito agrícola. A partir de 2018, só terão acesso a crédito agrícola os proprietários ou possuidores de imóveis que tiverem o CAR.
O Cadastro Ambiental Rural foi instituído pelo Código Florestal, Lei N° 12.650/12, contém informações georeferenciadas sobre as áreas dedicadas a manutenção de vegetação nativa e sobre as áreas produtivas do imóvel. O cadastro é auto declaratório e deve ser feito por todos os proprietários ou possuidores de imóveis rurais do país.

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro | 15.06

Voltar

Sancionada lei que prorroga prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural

O presidente interino Michel Temer sancionou a lei que prorroga até 31 de dezembro de 2017 o prazo para os agricultores se inscreverem no Cadastro Ambiental Rural, uma exigência para produtores obterem financiamentos.
A adesão ao CAR é uma das etapas que todos os produtores rurais do Brasil precisam seguir para se enquadrar nas regras do Código Florestal, aprovado em 2012.
"Após 31 de dezembro de 2017, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR", diz a lei, publicada na edição desta quarta-feira do Diário Oficial da União.
Por meio do CAR, o produtor informa a situação ambiental do seu imóvel, como existência de área remanescente de vegetação nativa, de área de uso restrito ou protegida.

Fonte: DCI | 16.06

Voltar

Ambiental

Projetos podem suprimir 7,8 milhões "Maracanãs" da Amazônia

Alerta feito por relatório da WWF aponta 'aumento drástico' de atos legislativos reduzindo tamanho de unidades de conservação

As unidades de conservação da Amazônia brasileira podem sofrer supressão de mais de 6,5 milhões de hectares - área equivalente a 7,8 milhões estádios de futebol como o Maracanã - caso sejam aprovados os projetos de impacto ambiental que estão em tramitação no País. O alerta é de um relatório divulgado nesta quarta-feira, 15, pela WWF, organização não-governamental ligada ao meio ambiente.

Segundo o documento, desde 2005 tem havido um "aumento drástico" na frequência de atos legislativos promulgados para "rebaixar de categoria, reduzir o tamanho ou retirar por completo a proteção legal" das unidades de conservação. Esses projetos se referem, principalmente, à implementação de barragens para usinas hidrelétricas e à construção de rodovias no território amazônico.

Atualmente, está em estudo a estruturação de duas usinas hidrelétricas na Amazônia: a de São Luiz do Tapajós, prevista para começar a operar em 2021, e a de Jatobá, com inauguração estimada para 2023, ambas no Pará. Juntas, respondem por 70% de toda a geração de energia hidrelétrica que o governo pretende implementar nos próximos dez anos.

Projetos como esses, avalia a WWF, ameaçam a integridade dos ecossistemas, suas espécies e os bens e serviços ecológicos que o bioma oferece, podendo minar sua capacidade de estabilizar e regular os padrões climáticos regionais e globais. "Pressões múltiplas e interligadas decorrentes de interesses econômicos dos países da região e do resto do mundo têm provocado uma transformação sem precedentes", destaca o texto.

Estão em curso no Brasil cerca de 250 projetos de construção de barragens na bacia hidrográfica amazônica

Segundo a pesquisa, estão em curso no Brasil cerca de 250 projetos de construção de barragens na bacia hidrográfica amazônica - o que pode trazer impactos "catastróficos" às espécies de peixes - e mais de 20 propostas de novas rodovias, as quais "devem levar a um rápido aumento do desmatamento com base em experiências anteriores".

A WWF identificou 31 frentes de desflorestamento que avançam em "todas as direções" da Amazônia, prejudicando o desenvolvimento sustentável da região, baseado na economia florestal. Conforme aponta o relatório, a agricultura e a pecuária geram graves impactos ao bioma e ao clima e, por isso, são consideradas "as maiores forças de transformação da Amazônia atualmente", seja em grande ou pequena escala.

A Amazônia é a maior floresta tropical úmida do mundo e inclui a maior bacia hidrográfica do planeta. Desde 1999, foram descritas mais de duas mil novas espécies de plantas e animais vertebrados no bioma. O carbono armazenado na vegetação e nos solos é importante para minimizar as mudanças climáticas e o vapor d'água proveniente da floresta cria "rios voadores" na atmosfera, influenciando as chuvas na América do Sul.

Mais de 34 milhões de pessoas - o que inclui 350 povos indígenas - vivem na Amazônia, que se estende por oito países e um território ultramarino no continente: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Recomendações. Ao fim do documento, a WWF traz uma série de recomendações para o futuro sustentável da Amazônia, como a criação de um modelo integrado de conservação, combinando a proteção com o manejo sustentável e a recuperação ambiental, a definição de compromissos internacionais entre os países que abarcam o bioma e o fortalecimento da autonomia nacional e regional, com participação das populações que lá vivem.

Greenpeace. Em Itaituba, os índios da etnia munduruku deram início nesta semana a uma série de atividades pela defesa de seu território e pela proteção do rio Tapajós, ameaçado pela construção de hidrelétricas. Segundo a organização Greenpeace, que apoia a iniciativa, os índios vão instalar cerca de 50 placas nos limites de seu território, semelhantes às usadas pelo governo brasileiro na identificação de terras indígenas, como forma de protesto.

A preocupação dos índios é que não sejam paralisadas as ações para demarcação da terra indígena Sawré Muybu, localizada em Itaituba, no Pará. Em abril, a Fundação Nacional do Índio (Funai) reconheceu a existência da terra indígena, mas o processo precisa ser concluído pelo Executivo.

Em seu relatório, a autarquia vinculada ao Ministério da Justiça não só reconhece a terra indígena Sawré Maybu, área dos índios munduruku, localizada entre Itaituba e Trairão, no Pará, como estabelece um território de 178 mil hectares para demarcação. Sua efetivação, no

entanto, ainda depende de um decreto presidencial que só poderá ser publicado daqui, no mínimo, 90 dias, prazo aberto ao recebimento de dúvidas e contestações.

Fonte: Estadão | 16.06

Voltar

Em destaque

Cultivo de florestas plantadas alia produtividade e sustentabilidade na agricultura

O exemplo do Mato Grosso do Sul é observado por Estados que querem aumentar a vocação florestal com o uso de áreas degradadas

Plantio de mudas de espécies florestais no Mato Grosso do Sul

Uma atividade que há pouco mais de duas décadas demonstrava resultados cautelosos colocou Mato Grosso do Sul em posição de destaque nacional, ocupando o segundo lugar nacional em área plantada com espécies florestais comerciais. A informação divulgada em 2014 pelo levantamento da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa aponta ainda que a produção local ultrapassa oito milhões de metros cúbicos e ocupa mais de 880 mil hectares.

O investimento na cultura de Florestas Plantadas é uma das estratégias de trabalho do projeto ABC Cerrado, idealizado pela parceria do Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Ministério da Agricultura, Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Banco Mundial. Com foco na redução da emissão dos gases de efeito estufa, a iniciativa oferece capacitação e assistência técnica aos produtores rurais participantes que demonstrem interesse em implantar mais três tecnologias produtivas: Sistema de Plantio Direto, ILPF – Integração Lavoura, Pecuária e Floresta e Recuperação de Pastagens.

Na avaliação do profissional responsável pela capacitação da equipe técnica do Senar/MS, o engenheiro agrônomo Moacir Sales Medrado, o setor florestal consolida a aptidão agropecuária do Estado, porém é importante observar fatores que serão fundamentais para começar o negócio. "Montar uma empresa exige do empreendedor a certeza de que o futuro é o presente lá na frente. É hoje, na hora de pensar a empresa florestal, que se desenha o futuro dela. Por isso, o planejamento deve vir antes das funções de organização, direção e controle", aconselha.

Um levantamento divulgado pelo Projeto Campo Futuro, em 2014, estima que o custo operacional para iniciar o plantio é de R$ 8 mil, sendo que deste total 47% representam os gastos do primeiro ano com implantação da floresta, preparo da terra, plantio e aplicação de insumos. "No entanto, é importante observar que os valores podem variar de acordo com as condições do solo, clima e manejo. Definir a área para instalar uma empresa florestal não é uma tarefa simples, pois se devem considerar os fatores locais, a logística, as dificuldades de exploração e o valor da madeira", argumenta Medrado.

Sustentabilidade X Rentabilidade – Assim como as demais tecnologias preconizadas no ABC Cerrado, a Floresta Plantada comprova sua viabilidade comercial e possibilitará que o país se destaque por desenvolver uma agricultura imbatível do ponto de vista econômico, ambiental e social, visto que ampliará a geração de empregos, divisas e impostos tão importantes para o fortalecimento da economia nacional.

O agrônomo revela qual abordagem apresentará aos técnicos de campo do Senar/MS, que ficarão responsáveis por prestar serviço de assistência técnica para 400 produtores rurais durante 18 meses. "Os principais pontos que irei tratar na capacitação dizem respeito à importância da análise de mercado no empreendimento florestal, manejo adequado às condições edafoclimáticas do Cerrado, além de demonstrar as possibilidades de cultivo", argumenta.

Medrado enfatiza ainda que o modelo adotado pelo ABC Cerrado é revolucionário, já que não dissocia a gestão das tecnológicas agropecuárias e florestais, pelo contrário tem objetivo de integrá-las. "Sou um agrônomo que começou a vida profissional no serviço de assistência técnica e migrou para a pesquisa agropecuária, trabalhando por 33 anos na Embrapa. Sou, portanto, uma pessoa ligada ao mundo da tecnologia. Gosto de reforçar que a gestão das atividades rurais é fundamental e cresce em importância quando o empreendedor se propõe a trabalhar com sistemas de integração como os preconizados pela estratégia de integração lavoura, pecuária e floresta denominada de Estratégia ILPF", conclui.

Fonte: Painel Florestal | 10.06

Voltar

Ibá destaca consumo consciente para mitigar mudanças climáticas

A presidente-executiva da Ibá, Elizabeth de Carvalhaes, afirmou que o setor produtivo tem grande potencial de contribuição na mitigação das mudanças climáticas

Elizabeth de Carvalhaes: presidente-executiva da Ibá

A Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) destacou a importância da tomada de consciência dos consumidores na aquisição de produtos mais sustentáveis, como forma mais eficiente de mitigar as mudanças climáticas, durante debate sobre o acordo do clima de Paris, na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), nesta quinta-feira, 9.

A presidente-executiva da Ibá, Elizabeth de Carvalhaes, afirmou que o setor produtivo tem grande potencial de contribuição na mitigação das mudanças climáticas, mas que é necessário o incentivo ao consumo de produtos com menor impacto ambiental.

"A Conferência do Clima feita em dezembro de 2015, em Paris, vai mudar a estrutura econômica mundial. Por consequência, tem que gerar novos consumidores. A indústria tem um grande potencial de contribuição, mas é necessário criar demanda por produtos sustentáveis. Sem demanda não há investidor", afirmou ela. "O consumidor tem que exigir da indústria produtos renováveis e pedir ao governo políticas de incentivo a esta oferta".

Elizabeth também destacou a necessidade da adoção imediata do Código Florestal, que trará tantos benefícios ambientais quanto sociais por meio da inclusão dos pequenos e médios produtores. "O setor de árvores plantadas tem parcerias com pequenos e médios produtores, que recebem apoio na regularização de propriedade, obtenção de certificação ambiental e também mudas para o plantio. O Código Florestal é um marco importante que vai envolver esses produtores que, por sua vez, vão recuperar áreas e impactar positivamente no clima", destacou.

O novo Código Florestal Brasileiro traz importantes instrumentos com grande potencial de melhorar a gestão ambiental e territorial do País, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro permanente que permitirá conhecer as áreas produtivas e preservadas, auxiliando no processo de regularização ambiental destas propriedades e posses rurais.

SOBRE A IBÁ

A Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) é a associação responsável pela representação institucional da cadeia produtiva de árvores plantadas, do campo à indústria, junto a seus principais públicos de interesse. Lançada em abril de 2014, representa 61 empresas e nove entidades estaduais de produtos originários do cultivo de árvores plantadas - painéis de madeira, pisos laminados, celulose, papel, florestas energéticas e biomassa -, além dos produtores independentes de árvores plantadas e investidores institucionais. Saiba mais emwww.iba.org.

Fonte: Painel Florestal | 10.06

Voltar

Audiência pública do Crepori é marcada pela participação qualificada da comunidade

Gerente Executivo de Concessões Florestais elogia a participação massiva e qualificada da comunidade de Jacareacanga na audiência pública para apresentação do edital de concessão na Flona do Crepori

O Serviço Florestal Brasileiro realizou, dia 05/05/16, audiência pública em Jacareacanga, onde apresentou a proposta do edital de concessão do lote leste da Floresta Nacional do Crepori (PA). Serão licitados 233 mil hectares de floresta, divididos em duas Unidades de Manejo Florestal (UMF). Cerca de 270 pessoas da comunidade participaram da audiência, entre moradores, representantes dos poderes executivo e legislativo e movimentos sociais.

Durante o evento, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer detalhes sobre o manejo sustentável, critérios de seleção das empresas, minuta do contrato de concessão e a distribuição dos recursos arrecadados com os empreendimentos, além de discutir e opinar sobre todo o processo.

O Gerente Executivo de Concessões Florestais do Serviço Florestal Brasileiro, Henrique Dolabella, comemorou a realização da audiência. "A audiência pública foi muito reveladora, mostrou a maturidade e entendimento muito maiores por parte da população local. Ficou

muito claro que a concessão é bem compreendida pela população", disse Dolabella, acrescentando que esta foi a que teve maior participação local entre as já realizadas.
"Foi a audiência mais concorrida em termos de público e a participação foi muito qualificada. A população entende melhor o que é manejo, concessão e marco legal em que está inserida, de forma que as propostas feitas foram pertinentes e cabíveis", afirmou o gerente executivo.
As sugestões apresentadas na audiência serão respondidas e poderão ser incorporadas ao processo de elaboração do edital. O processo de consulta pública ficou aberto para contribuições da sociedade entre os dias 29/03/16 e 13/05/16.

Conselho Consultivo

Como parte do processo de consulta, no dia 03/05 a proposta do edital foi previamente apresentada ao Conselho Consultivo da Flona, em Itaituba (PA). Na ocasião, houve apoio unânime à concessão florestal por parte do Conselho. Os conselheiros reforçaram os benefícios trazidos pelas atividades já em curso e a importância do empreendimento para a população e o desenvolvimento local.
Os representantes no Conselho manifestaram surpresa quanto à Ação Civil Pública que pleiteia suspender dois contratos de concessão florestal já vigentes na Flona. Os contratos em questão foram celebrados em 2014 entre o SFB e a concessionária Brasad'Oc Timber.

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro | 13.06

Voltar

Ex-ministros do ambiente pedem rejeição a projeto do carro a diesel

Marina Silva, Izabella Teixeira, Rubens Ricúpero, Carlos Minc e José Carlos Carvalho assinam com pelo menos outras 50 cientistas, médicos, ambientalistas e empresários e mais de 30 entidades uma carta em que repudiam a proposta por considerar que ela atenta contra os interesses da sociedade

Cinco ex-ministros do Meio Ambiente do Brasil se juntaram em um manifesto enviado na manhã desta segunda-feira, 13, à Câmara dos Deputados pedindo a rejeição do projeto de lei que prevê a liberação da fabricação e venda de carros a diesel no Brasil.
Izabella Teixeira (2010 a 2016), Carlos Minc (2008 a 2010), Marina Silva (2003 a 2008), José Carlos Carvalho (2002) e Rubens Ricúpero (1993 a 1994) e pelo menos outros 50 pesquisadores da área de mudanças climáticas, energia e poluição do ar, médicos, ambientalistas, empresários, além de mais de 30 entidades de pesquisa, ambientais, do

direito do consumidor e de negócios, como a Proteste Associação de Consumidores, o Agroícone e União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única), assinam a carta.

No manifesto, organizado pelo Observatório do Clima, os signatários afirmam que repudiam a proposta e exigem sua retirada da pauta por considerar que é um atentado aos interesses da sociedade brasileira.

Para eles, o texto, que deve ir à votação nesta terça ou quarta-feira, coloca o Brasil na contramão da tendência mundial de reduzir a poluição no setor de transportes, dificulta o cumprimento das metas climáticas nacionais assumidas junto ao Acordo de Paris e reduz o consumo de etanol.

O grupo também aponta o potencial do projeto de causar danos à saúde pública uma vez que o diesel é um combustível mais poluente. "Cidades europeias como Londres e Paris já anunciaram o banimento dos carros a diesel após 2020, e os combustíveis fósseis no sistema de transportes estão com os dias contados após a assinatura do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas", escrevem.

Neste domingo, o **Estado** publicou reportagem (divulgada neste blog um dia antes) mostrando que pareceres anteriores já tinham rejeitado a proposta, mas ainda assim foi criada uma comissão especial, pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no ano passado. O relator dessa comissão, o deputado Evandro Roman, fez parecer positivo, minimizando os eventuais impactos.

Leia a reportagem completa.

O grupo afirma que essa manobra é um atentado à democracia. "O PL já foi examinado em duas comissões da Câmara em 2014, e rejeitado em ambas – apenas para voltar à tona por uma comissão especial criada em 2015. Desta vez, a proposta tem caráter terminativo, ou seja, vai direto ao Senado sem passar pelo Plenário da Câmara. Fazer avançar à sorrelfa uma proposição derrotada enfraquece a democracia e envergonha ainda mais o Parlamento brasileiro", escrevem.

"É incrível que ainda tenhamos gente no Brasil que aposta no obsoleto para justificar ganhos de curto prazo. O mundo caminha na direção da economia de baixo carbono e do crescimento inclusivo. O país que mostrou ao mundo o caminho dos biocombustíveis não pode ter como escolha usar diesel em seus carros de passeio. Não é só uma medida absurda ou extemporânea. É inaceitável", disse ao site do Observatório do Clima a ex-ministra Izabella Teixeira.

"O Brasil não tem políticas suficientemente robustas para mitigar os impactos ambientais dos carros a diesel", afirmou Cláudio Considera, presidente do Conselho Diretor da Proteste em nota à imprensa. "Antes de considerar a suspensão das restrições de carros a diesel, a União deveria implementar outras medidas que visam proteger a saúde e qualidade do ar

provocadas pelas fontes energéticas já existente, como gasolina, álcool e o próprio diesel em veículos leves comerciais e veículos pesados."

Fonte: Estadão | 14.06

Voltar

Banco Mundial apoiará projetos no Cerrado

Com foco no Cadastro Ambiental Rural, parceria discutida com o ministro Sarney Filho nesta terça-feira abrangerá 11 estados do bioma.

Nesta terça-feira (14/06), o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, recebeu o diretor do Banco Mundial, Martin Raiser, para alinhar os projetos ambientais em andamento no Brasil apoiados pelo banco. Um novo projeto, ainda em elaboração, sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 11 estados do bioma Cerrado foi mencionado pelo Banco Mundial.
"Acho importantíssimo priorizar o Cerrado, atualmente o bioma mais ameaçado pelo desmatamento", afirmou Sarney Filho. O ministro reforçou a necessidade de se fazer a validação do CAR após a inscrição dos imóveis rurais no sistema.

AGENDA CLIMA

O Banco Mundial destacou a forte parceria com o MMA e apontou as prioridades em questões tocantes ao licenciamento ambiental e à mudança do clima.
O ministro enfatizou que o Brasil tem sido protagonista em ações para enfrentar a mudança do clima e afirmou que a política que vem sendo adotada será continuada. "Meu ponto de vista é que, sem precisar alterar formalmente as metas, podemos fazer mais e reduzir os prazos para o cumprimento das metas", disse.

POLÍTICA AMBIENTAL

Durante a audiência, Sarney Filho lembrou a sua primeira gestão à frente do MMA, "na virada do século", durante o governo Fernando Henrique Cardoso. "Quando assumi, ainda não existia um política ambiental consolidada, nem um MMA formado", disse. Segundo ele, na época, o desmatamento e as queimadas estavam fora de controle e o Brasil na mira das ONGs internacionais.
"Meus objetivos foram criar uma política de desenvolvimento sustentável, consolidar novas secretarias e consolidar marcos legais, como a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e a Lei de Crimes Ambientais", lembrou o ministro. "Foi um período de aprendizagem".

De lá para cá, outros problemas surgiram, segundo ele. “O segmento do agronegócio tem forçado retrocessos no Congresso em relação à legislação ambiental, como foi o caso do novo Código Florestal que prejudicou muito as áreas de preservação permanente”, disse. “Porém, isso é passado. Temos que ver o que houve de positivo nas mudanças no novo código: por um lado, a flexibilização e anistia foram pontos negativos, já o CAR é um dos instrumentos mais importantes que temos no MMA”, destacou.

O ministro informou, ainda, que um novo encontro técnico será marcado em breve para discutir detalhes do projeto do Banco Mundial para apoiar a implementação do CAR no Cerrado.

Participaram da reunião o secretário a ser nomeado para a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), Everton Lucero, o assessor internacional do MMA, Fernando Coimbra, o secretário-executivo do MMA, Marcelo Cruz, o coordenador de Operações Setoriais e Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial, Christophe de Gouvello, e a especialista ambiental Bernadete Lange, também do Banco Mundial.

Fonte: MMA | 14.06

Voltar

Botucatu recebe primeiro Poupatempo Ambiental do Estado de São Paulo

Todos os serviços ambientais em todas as áreas são gratuitos

Botucatu é um dos municípios reconhecidos do Brasil pela preocupação com o meio ambiente

A secretária de Meio Ambiente em São Paulo, Patrícia Iglecias, inaugurou oficialmente o primeiro Poupatempo Ambiental do Estado, que reúne em um só espaço diversas unidades do Sistema Ambiental Paulista, a saber: Agência Ambiental da Cetesb, as regionais da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA), da Fundação Florestal e o posto da Polícia Ambiental, além da sede da Guarda Civil Ambiental municipal. No local, também funcionará uma praça digital, com acesso gratuito à internet por wi-fi.

Todos os serviços ambientais, de fiscalização, fauna, solicitação de licenciamento, autorizações, orientação para o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e suporte para a regularização do imóvel rural estarão disponíveis à população. Os serviços do Poupatempo Ambiental são gratuitos e destinados a toda a região de Botucatu.

O prédio, que conta com 607,60 m² de área construída, recebeu investimentos do Governo do Estado, de R$ 1,2 milhões, e da prefeitura de Botucatu, de R$ 442 mil, e é uma construção de baixo impacto ambiental, com cisterna para água da chuva, luzes de led e postes externos com células fotovoltaicas.

O prefeito João Cury Neto ressaltou a importância do comprometimento, no longo prazo, com o meio ambiente. "Botucatu é bicampeã do Município Verde Azul, vencemos em 2012 e 2014. E sempre estamos entre as 10 primeiras colocadas. Esse trabalho constante culmina hoje na concretização de um sonho: o de poder entregar esse poupatempo, que vai facilitar muito a vida da população da região".

A secretaria Patrícia Iglecias encerrou a cerimônia, realizada na última quinta-feira, 9, afirmando que: "É dever do Poder Público garantir a oferta de serviços aos cidadãos com rapidez, eficiência e qualidade. Este não é um mero espaço físico que estamos inaugurando aqui hoje. É, acima de tudo, uma mostra do nosso compromisso com a eficiência da gestão pública".

Estiveram presentes na cerimônia, Fernando Cury, deputado estadual; Otávio Okano, presidente da Cetesb; Paulo Almeida, diretor executivo da Fundação Florestal; Sérgio Marçon, coordenador de fiscalização ambiental; Danilo Amorim, coordenador de biodiversidade e recursos naturais, além de autoridades locais e corpo técnico da Cetesb, CBRN, CFA e policiais ambientais.

Fonte: Painel Florestal | 15.06

Voltar

CTF delibera comissões técnicas para destravar setor florestal

O Cipem participa das reuniões desde 2009 e os encontros ocorrerão pelo menos uma vez por mês

Reunião da Câmara Técnica Florestal do Mato Grosso

Instituída pela Portaria de nº 22, de 5 de março de 2009, a Câmara Técnica Florestal (CTF), que tem como finalidade a discussão, avaliação, proposição e deliberação de estudos e diretrizes técnicas, para melhoria da política florestal em Mato Grosso, "em caráter deliberativo", retomou as atividades na Sede do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Grosso (Cipem).

As várias questões divergentes da legislação que trata do Meio Ambiente em Mato Grosso são abordadas pela CTF e o foco é congregar desenvolvimento florestal sustentável, respeitando os pressupostos e conservação ambiental.

Na Pauta da Câmara, que estava sem atividade desde outubro de 2015, deliberações, sobre o estatuto e o regimento interno. Na presidência, assume Mauren Lazzaretti, Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental da Secretaria de Estado e Meio Ambiente – Sema. A Associação Mato–Grossense dos Engenheiros Florestais fica com a Secretaria, e o Cipem assume a Coordenação da Câmara.

Além disso, foram criadas duas Comissões Temáticas que se reunirão constantemente para continuar as tratativas que nortearão na tomada de decisões para temas complexos. A primeira para avaliar entraves da Portaria nº 443/2014 e a outra para tratar de questões sobre o processo de desaverbação de projetos de manejo entre a Sema e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – Ibama.

Valdinei Bento dos Santos, diretor Executivo do Cipem, avalia positivamente o retorno da CTF. "Essa Câmara tem um papel fundamental, pois une as instituições envolvidas para debater soluções de destrave ao segmento florestal. Esta reunião foi proativa, pois todos participaram ativamente dos assuntos discutidos e, por esta razão, acredito que serão mais céleres os encaminhamentos. O mesmo esperamos que ocorra com as reuniões vindouras", frisou.

Yugo Marcelo Miyakawa, analista ambiental do Ibama, enfatizou que durante o lapso temporal da CTF, houve acúmulo de assuntos relevantes ao segmento florestal. "Continuamente temos diversos temas a serem tratados e este fórum é o local ideal", pontou.

Segundo Paulo Roberto, representante da Amef, foi uma reunião estimulante. "Voltamos a acreditar na importância da Câmara para subsidiar as diretrizes corretas dos processos, sem ferir as normas protetivas".

A nova presidente, Mauren Lazzaretti, reforçou que as soluções vindas da CTF colaborarão com o desenvolvimento florestal do Estado. "A participação das instituições foi positiva e conseguimos dar andamento a temas polêmicos. Criamos duas frentes de discussão para resolver questões que vêm travando o rito normal dos processos. Creio que a nova fase da Câmara Técnica trará bons frutos e contribuirá com a política de desenvolvimento florestal de Mato Grosso".

Membros da CTF

A Câmara Técnica Florestal é formada por dez entidades: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), o Instituto de Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (Cipem), Associação Mato-Grossense dos Engenheiros Florestais – (Amef), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (Sedec), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Associação de Reflorestadores de Mato Grosso (Arefloresta), Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), Ordem dos Advogados do Brasil de MT (OAB-MT) e Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea).

Fonte: Painel Florestal | 16.06

Voltar

Empresas

Juntas, Cosan e Eldorado captam US$ 850 milhões

A três semanas das férias no Hemisfério Norte e com um total de US$ 9,6 bilhões levantados no mercado de dívida internacional, o ritmo de novas emissões corporativas de bônus deve diminuir. Ainda há operações no forno para sair nos próximos dias, segundo executivos de bancos, com potencial para elevar o volume total para um patamar acima dos US$ 10 bilhões.

Ontem, outras duas emissões de bônus foram concluídas. Cosan levantou US$ 500 milhões em uma operação de um dia e Eldorado Brasil Celulose, estreante no mercado de dívida internacional, mais US$ 350 milhões. Na terça-feira, Vale já havia captado US$ 1,25 bilhão. Em maio, Petrobras e Marfrig levantaram US$ 6,75 bilhões e US$ 750 milhões, respectivamente.

Os ativos de risco tiveram um bom desempenho no início desta semana, impulsionados, especialmente, por dados fracos do mercado de trabalho nos EUA e pelo discurso mais cauteloso da presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), Janet Yellen. Ontem, o dia foi de realização de lucros. No mercado local, o dólar interrompeu uma sequência de seis pregões em baixa.

"O momento agora é de monitorar o mercado e deixar os investidores digerirem as emissões que acabaram de sair", afirma o executivo de um banco de investimento. De acordo com um profissional de um outro banco, o "pipeline" já não é tao grande como na semana passada, mas há espaço para o volume de emissões corporativas ultrapassar os US$ 10 bilhões nas próximas semanas. "Há operação para sair com potencial de alcançar US$ 1 bilhão, mas vai depender da performance dos papéis no mercado secundário", afirma.

Em uma operação de um dia, a demanda por Cosan superou em mais de duas vez o total captado. "Foi rápida, a fim de evitar ficar exposto à volatilidade do mercado, mas bastante eficiente", conta uma fonte próxima à operação. A transação foi anunciada na segunda-feira e um "roadshow" foi realizado simultaneamente em quatro cidades na quarta-feira. Graças à forte demanda, o preço inicial de cerca de 7,5% caiu para 7,375% na abertura oficial. No fechamento, o retorno ao investidor ("yield") ficou em 7,25%.

Segundo esse interlocutor, a Cosan já tinha tentado acessar o mercado em dezembro de 2014, mas não levou a operação adiante por questão de preço. Em meados do ano passado, fez mais uma tentativa, mas foi justamente na semana em que o então ministro da Fazenda

Joaquim Levy anunciou a redução na meta de superávit primário, o que acabou inviabilizando a emissão.

Os papéis, com dez anos e cinco meses, têm vencimento em janeiro de 2027. A companhia usará os recursos para recompra de títulos com vencimento em 2018 e 2023. Coordenaram a operação os bancos Bank of America Merrill Lynch (BofA), Bradesco BBI, Citi, HSBC, Itaú BBA e Santander.

Já a Eldorado, segundo os executivos, fez uma boa estreia, levando em conta que o mercado se fechou para emissores brasileiros, depois do rebaixamento. "Foi um ótimo preço para uma estreia", destaca uma das fontes.

Os bônus de cinco anos saíram com um retorno de 8,875% ao ano, próximo do indicativo. Apesar de ter aprovação dos acionistas para captar até US$ 500 milhões e ter encontrado apetite para esse montante, conta o executivo de banco de investimento, a estratégia foi não atender toda a demanda para que os papéis tenham um bom desempenho no mercado secundário. "A empresa não quis deixar o investidor com um sabor amargo", reforça outro executivo, acrescentando que com os recursos vai conseguir pré-pagar dívidas de curto prazo.

Participaram da oferta da Eldorado Santander, Banco do Brasil, BofA e Credit Suisse.

Fonte: Valor | 10.06

Voltar

Contra Temer, MST invade fábrica de celulose na Bahia

Um grupo de 1.400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) invadiu na madrugada desta segunda-feira (13) a fábrica da Suzano Papel e Celulose no município de Mucuri, extremo sul da Bahia.

O MST informou que, com a ocupação, as atividades da indústria uma das maiores de celulose do país foram interrompidas por tempo indeterminado. Já a empresa confirma a ocupação, mas diz que as operações fabris seguem normalmente.

Além de questionar o modelo de produção do agronegócio e defender a reforma agrária, a manifestação também tem como alvo o governo do presidente interino Michel Temer (PMDB), chamado de "ilegítimo e golpista".

"Não aceitamos as ações deste governo ilegítimo e golpista que se configuram num ataque às conquistas sociais da classe trabalhadora", disse Paulo César de Souza, membro da direção nacional do MST.

Os sem-terra ainda criticam a extinção, pelo presidente interino, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas do MST. Na Bahia, também estão ocupadas as oito sedes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e três da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf).

Ampliação

A ocupação da Suzano acontece semanas depois de a empresa assinar com o governo da Bahia um protocolo de intenções para ampliação da fábrica, num investimento de R$ 700 milhões.

O projeto inclui a ampliação e modernização de setores já existentes e a implantação de uma nova linha de produção para papel tipo tissue, usado na produção do papel higiênico.

Segundo Souza, do MST, a ampliação da fábrica vai agravar os impactos ambientais e sociais da cultura do eucalipto na região: "Será um ataque ao meio ambiente", diz.

Procurada pela reportagem, a Suzano ainda não se posicionou sobre a ocupação e paralisação da fábrica.

Fonte: Valor | 13.06

Voltar

Ocupação do MST em fábrica da Suzano na Bahia termina

A fabricante de papel e celulose Suzano informou, na noite desta segunda-feira, que por volta das 18h ocorreu o fim da ocupação da área externa da fábrica da empresa em Mucuri, na Bahia, pelo grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A ocupação foi iniciada por volta das 4h e restrigia parcialmente o acesso e a circulação de veículos e pessoas no local. A operação da fábrica não foi afetada, segundo a Suzano.

A unidade de Mucuri tem capacidade instalada para 1,54 milhão de toneladas por ano de celulose de mercado (vendida a terceiros) e 200 mil toneladas de celulose integrada à produção de papel pela própria companhia. A Suzano pode produzir ainda 250 mil toneladas/ano de papéis de imprimir e escrever na unidade.

Além de questionar o modelo de produção do agronegócio e defender a reforma agrária, a manifestação também tem como alvo o governo do presidente interino Michel Temer (PMDB), chamado de "ilegítimo e golpista".

"Não aceitamos as ações deste governo ilegítimo e golpista que se configuram num ataque às conquistas sociais da classe trabalhadora", disse Paulo César de Souza, membro da direção nacional do MST.

Fonte: Valor | 13.06

Voltar

MST ocupa Suzano

A fábrica da Suzano Papel e Celulose localizada em Mucuri, na Bahia, foi ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ontem, mas suas operações não foram alteradas. Segundo a companhia, o grupo ocupou desde às 4h a área externa em frente a uma das portarias da unidade, "restringindo parcialmente o acesso e a circulação de veículos e de pessoas", mas as operações seguiram normalmente. A ocupação terminou por volta das 18h de ontem.

Fonte: Valor | 14.06

Voltar

Eldorado alonga dívida com oferta de bônus e mira IPO

A decisão da Eldorado Brasil Celulose de acessar pela primeira vez o mercado internacional de dívida, com a emissão de bônus de US$ 350 milhões na última semana, é parte de sua estratégia de gestão de passivos, afirma o presidente da companhia, José Carlos Grubisich. Com a operação, a produtora de celulose elevou o prazo médio de sua dívida de 3,6 anos para 4,6 anos e conseguiu reduzir o custo para um "patamar competitivo".

"Conseguimos atender os dois objetivos e tivemos recepção excepcional dos mercados europeu e americano, com atenção grande para o plano de negócio, a estratégia de crescimento e a gestão da dívida da empresa", diz Grubisich ao destacar o perfil de longo prazo dos investidores que entraram na oferta de bônus.

Desde o início do ano, a empresa se comprometeu preparar a captação e aproveitar a abertura do mercado. O próximo objetivo é deixa-la pronta para uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). "Achamos que a Eldorado já está 95% preparada para uma oferta

de ações e a intenção é concluir os 5% restantes para capitalizar a companhia assim que as condições de mercado permitirem."
A ideia é levantar recursos para financiar a construção de nova fábrica no complexo industrial de Três Lagoas (MS).
Segundo o presidente da Eldorado, o projeto prevê investimentos de cerca de R$ 10 bilhões e a intenção da companhia é levantar de R$ 3 bilhões a R$ 3,5 bilhões via emissão de ações.
"Durante o roadshow, investidores potenciais já se manifestaram favoráveis à oferta de ações e avaliam que a Eldorado é um dos candidatos mais fortes para IPO", afirma Grubisich.

Fonte: Valor | 15.06

Voltar

Executivo

Ministro recebe demandas de São Paulo

Sarney Filho conhece as ações do estado em temas como mudança do clima e proteção e recuperação da biodiversidade.

O ministro Sarney Filho recebeu, nesta terça-feira (14/06), a secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Patrícia Iglecias, para dialogar sobre as ações desenvolvidas na área ambiental pelo estado, um dos principais polos produtivos do país. As medidas do governo paulista no corte de emissões de gases de efeito estufa, os programas locais de proteção da biodiversidade e temas ligados à recuperação de ecossistemas integraram a pauta do encontro realizado nesta manhã, em Brasília. Também participou do encontro a presidente do Ibama, Suely Araújo.
Uma das prioridades da gestão de Sarney Filho, a questão climática envolve ações desenvolvidas pelas diversas esferas de governo, pela iniciativa privada e pela sociedade civil. Apresentado ao ministro durante a reunião, o Protocolo Climático do Governo do Estado de São Paulo aparece, portanto, como um potencial aliado nessa agenda. O Protocolo congrega medidas adotadas pelo empresariado paulista para cortar as emissões de carbono.

META BRASILEIRA

A intenção é que o governo federal conheça como esse Protocolo paulista pode contribuir para o cumprimento da meta brasileira de corte de emissões. Perante as Nações Unidas, o país se comprometeu a eliminar 37% das emissões até 2025 com indicativo de chegar a 43%

de redução até 2030 – em comparação a 2005. "O Protocolo reúne práticas que trazem benefícios para a política de mudança do clima, uma vez que o Brasil tem uma meta bastante pesada para cumprir", resumiu a secretária Patrícia Iglecias.

Na reunião, Sarney Filho também foi informado sobre o estágio atual do programa Município Verde Azul, no qual as prefeituras paulistas são estimuladas a executar políticas para o desenvolvimento sustentável do estado. Patrícia Iglecias apresentou as demandas relacionadas à regulamentação da Cota de Reserva Ambiental (CRA), uma espécie de título de uma área de cobertura de vegetação natural em um determinado imóvel que pode ser usado para compensar a ausência de reserva legal em outro.

Fonte: MMA | 15.06

Voltar

Castanheira assume coordenação florestal no Ministério da Agricultura

Engenheiro florestal de formação, Castanheira ganhou projeção pela coordenação do projeto da Política Nacional de Florestas Plantadas

Fernando Castanheira em apresentação no Madeira 2016.

Talvez ainda seja cedo para enxergar o quanto a notícia é positiva, mas a nomeação de Fernando Castanheira Neto como coordenador geral de florestas e borracha subordinado à Secretaria de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é algo sem precedentes para o setor.

Engenheiro florestal de formação, Castanheira ganhou projeção pela coordenação do projeto da Política Nacional de Florestas Plantadas na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, onde ficou até novembro de 2015.

Seis meses depois, Fernando foi chamado pelo recém-empossado ministro Blairo Maggi para retomar o trabalho e, definitivamente, colocar em prática a implementação das políticas nacionais para florestas plantadas e borracha natural.
Castanheira abriu a congresso Madeira 2016 na manhã desta quinta-feira, 16, bastante otimista. Boa vontade e interesse em "fazer as coisas acontecerem" não lhe faltam.
Entendendo o momento político que o país atravessa, ele entende que a maior conquista, por enquanto, foi a definição de uma estrutura dedicada às florestas plantadas dentro do ministério da agricultura.

Fonte: Painel Florestal | 16.06

Voltar

Internacional

Demanda por títulos 'verdes' cresce no mercado internacional

A BlackRock e alguns dos outros principais administradores de ativos do mundo estão criando fundos com foco em bônus "verdes". A chave é achar dívida suficiente para comprar. A BlackRock está desenvolvendo fundos de títulos verdes que concorreriam com a Allianz e com a Axa, as maiores seguradoras da Europa, e com a State Street. Todas elas criaram produtos similares no ano passado.
Os títulos verdes são bônus emitidos por bancos de desenvolvimento, municípios, concessionárias de energia elétrica e empresas para levantar recursos para medidas e projetos que visam beneficiar o meio ambiente.
"Estamos observando um forte interesse dos diferentes tipos de clientes que nós atendemos, de grandes instituições a family offices e investidores de varejo", disse Ashley Schulten, uma diretora da BlackRock.
A emissão também está crescendo. Empresas, governos e agências multilaterais, como o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, venderam mais de US$ 25 bilhões em títulos verdes neste ano, uma alta de quase 80% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados sobre emissões creditadas compiladas pela Bloomberg. Se as vendas continuarem no atual ritmo, poderia haver cerca de US$ 55,8 bilhões em bônus verdes neste ano, segundo uma estimativa feita pela Bloomberg New Energy Finance, em comparação com cerca de US$ 46 bilhões emitidos no ano passado, número que inclui a emissão não creditada.

Ainda assim, não existem títulos suficientes dada a demanda, disse Alex Struc, gerente de carteira da Pimco Europe. "Nós não temos um fundo dedicado a títulos verdes porque não acho que é uma proposição viável hoje", afirmou.

Grande parte do crescimento na emissão de títulos verdes vem da China, que aprovou a venda dos valores pela primeira vez em dezembro. Empresas e outros emissores no país venderam mais de US$ 8,45 bilhões em títulos verdes neste ano, a maioria denominados em yuans, mostram dados da Bloomberg. O governo aprovou emissores a vender mais de US$ 15 bilhões em títulos verdes a fim de ajudar a combater a poluição, no ano até agora, disse Ma Jun, o economista-chefe da agência de pesquisa do Banco Popular da China, em uma cúpula na terça em Pequim.

A maioria dessas vendas foi feita a investidores locais. Não está claro quão forte será a demanda fora da China pelos papéis, que pode ser diferente daqueles de outros países, disse o escritório de advocacia Reed Smith, em relatório publicado em maio. Em particular, usinas elétricas que funcionam com carvão limpo podem ganhar status de título verde, ao passo que os investidores ambientais estrangeiros costumam evitar qualquer coisa ligada a combustíveis fósseis.

Os "yields" (retornos) dos títulos corporativos comuns estão baixos nos EUA e na Europa, onde o Banco Central Europeu acaba de começar a comprar dívida de empresas para estimular a economia, o que dá menos incentivos aos emissores para procurar formas criativas de financiamento.

A venda de títulos verdes também traz custos adicionais que poderiam dissuadir alguns emissores, disse Gregory Elders, analista de assuntos ambientais, sociais e administrativos da Bloomberg Intelligence, em Nova York. A emissão corporativa nos EUA recuou cerca de 20% no ano em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados da Bloomberg sobre transações creditadas.

Os investidores se interessam por comprar valores que ajudem a melhorar o mundo, disse Suzanne Buchta, diretora- gerente de títulos verdes do Bank of America Corp., o maior subscritor de vendas de títulos verdes do mundo. "Há um conjunto crescente de investidores ecológicos que se importam", disse ela.

Os clientes estão perguntando sobre os fundos, disse Henrietta Pacquement, gerente de carteira, em Londres, da ECM Asset Management, parte da Wells Fargo Asset Management. "Embora não tenhamos um mandato específico, estamos tomando nota porque as pessoas estão se sensibilizando sobre esse tipo de problema", afirma.

Fonte: Valor | 10.06

Voltar

Legislativo

Lei amplia renegociação das dívidas de caminhoneiros

Lei ainda diz que a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais

O presidente em exercício, Michel Temer, sancionou com vetos a lei que amplia o prazo para refinanciamento de dívidas de caminhoneiros com o BNDES. O novo prazo para formalização da renegociação é 30 de dezembro deste ano. O benefício vale para as operações de crédito firmadas até 31 de dezembro de 2015.

A lei sancionada ainda diz que a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida até 31 de dezembro de 2017, prorrogável por mais um ano por ato do chefe do Poder Executivo.

O texto também determina que, após 31 de dezembro de 2017, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR.

A nova lei é resultado da Medida Provisória 707/2015, que foi aprovada pelo Congresso com dispositivos que também ampliavam a renegociação de dívidas de crédito rural. Esses trechos, porém, foram todos vetados por Temer, que já editou uma nova MP, a de número 733, para tratar do tema.

O novo texto permite a liquidação e renegociação de dívidas de crédito rural contraídas até 2011 por produtores do Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A nova lei e a nova MP estão publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (15).

Fonte: DCI | 15.04

Voltar